

Carlos Costa Neves chefia missão do PE em Timor-Leste



O Deputado **Carlos Costa Neves** chefiou a missão parlamentar europeia que acompanhou o processo eleitoral em Timor-Leste.

Em Agosto de 1999 tinha acompanhado o referendo que abriu caminho à independência, na Primavera de 2000, visitou os campos de refugiados em Timor Ocidental e agora acompanha o momento histórico da realização do primeiro acto eleitoral da vida política do novo Estado.

Recorda-se que **Carlos Costa Neves** presidiu durante vários anos ao **Intergrupo Timor-Leste do Parlamento Europeu**, constituído por Deputados de vários grupos políticos que se bateram pela autodeterminação de Timor-Leste no período da ocupação indonésia e que estiveram na base das várias *Resoluções* aprovadas pelo Parlamento Europeu.

www.carloscoelho.org

Cumprindo um projecto antigo, abri um *site* na Internet.

Nesta Legislatura europeia, trata-se do **primeiro site de um Deputado Português**.

Uma vez mais é o PSD a dar o exemplo. Porque vem das nossas fileiras a iniciativa de dar mais informação sobre a Europa; E porque, a despeito de ser um *site* pessoal, contém informação sobre a actividade de todos os Deputados do PSD (e até de Deputados de outros partidos e de outras nacionalidades).

No *site* para além de outra informação (*ver pág.4*) pode consultar, imprimir ou reenviar todos os números de *Carta da Europa* e ler a história deste órgão de informação do GEPSD.

Se tiver sugestões não hesite, escreva para mail@carloscoelho.org ou para ccoelho@europarl.eu.int.

Com a sua ajuda poderemos melhorar a qualidade da informação que fornecemos e, por essa via, estar mais perto dos que em nós votaram e que nos cabe representar.

Carlos Miguel Coelho

A Cidadania Europeia

Intervenção de José Pacheco Pereira pág. 2

PE aprova Resolução sobre África do Sul

Intervenção de Sérgio Marques pág. 3

Em Bona: um pequeno passo

Jorge Moreira da Silva presidiu à Delegação do PE pág. 5

Na PAC, há filhos e enteados

Intervenção de Arlindo Cunha pág. 6

José Pacheco Pereira sobre a cidadania europeia



O Vice-Presidente do PE, **Pacheco Pereira** abriu o Congresso da Associação dos Professores Europeus que reuniu no final de Julho em *Las Palmas*, com uma intervenção em que sublinhou o conceito de **cidadania europeia**.

O conceito de cidadania europeia não consta do Tratado de Roma. Só foi introduzido nos Tratados, em 1992, com a adopção do **Tratado de Maastricht** que estipulou que seria cidadão da União qualquer nacional de um Estado membro e que o seu objectivo era reforçar a protecção dos direitos e dos interesses dos cidadãos dos Estados membros através da cidadania europeia.

Maastricht enumerava também alguns destes direitos, nomeadamente o **direito de votar e de ser eleito nas eleições municipais e europeias**, a protecção diplomática e consular, o **direito de petição** e o direito de recurso ao **Provedor Europeu**.

O **Tratado de Amesterdão**, em 1997, completava a definição do conceito de cidadania europeia acrescentando que a cidadania europeia não substitui a cidadania nacional, antes a completa.

O PE considera, em particular, que a cidadania europeia e os direitos dela decorrentes devem contribuir fundamentalmente para reforçar nos cidadãos a consciência da sua possibilidade de viver, trabalhar e deslocar-se livremente num único e vasto espaço político e económico europeu, sem fronteiras interiores.

O PE tem reafirmado constantemente a sua vontade de ver consagrada nos Tratados uma definição completa da cidadania europeia. **É lamentável que o actual projecto do Tratado de Nice não apresente nenhuma evolução neste domínio.**

O conceito de cidadania europeia tem sido, por vezes, mal percebido. **Não se trata de querer criar artificialmente uma identidade supranacional que vise substituir os sentimentos nacionais.**

Pelo contrário. Trata-se de promover a consciência de um património comum fundado num conjunto de tradições e valores fundamentais comuns e, simultaneamente, do reconhecimento de um certo número de direitos. O disposto actualmente no Tratado de Amesterdão - *a cidadania europeia completa a cidadania nacional e não a substitui* - dissipa qualquer mal-entendido a este respeito.

Que significa o conceito de cidadania europeia? Por um lado, a possibilidade de o cidadão europeu beneficiar de um certo número de direitos, mas também o sentimento de inclusão numa entidade que se define pelo reconhecimento de valores fundamentais comuns a cada um dos seus Estados membros.

Tendo, inicialmente, a Comunidade sido concebida com uma vocação económica, os direitos dos cidadãos eram de natureza económica. Tratava-se essencialmente da liberdade de circulação para os trabalhadores, da liberdade de prestação de serviços e de estabelecimento. **Com a evolução do projecto europeu, alargam-se progressivamente os direitos consagrados nos Tratados.** Estes direitos económicos e sociais, a pouco e pouco, foram cobrindo novas áreas como os direitos dos consumidores, os direitos sociais e os direitos decorrentes das novas políticas em matéria ambiental.

Alguns direitos de natureza política vieram juntar-se a esta lista. Já falei no direito de votar e de ser eleito nas eleições europeias e locais. Este direito tem já sido exercido nas mais recentes eleições locais. É um primeiro passo, mas que representa um progresso considerável para o conjunto dos cidadãos europeus que vão poder beneficiar deste novo direito.

A **Carta dos Direitos Fundamentais** entretanto aprovada é, a vários títulos, um documento notável. Referindo-se explicitamente à cidadania da União, a Carta cobre o conjunto dos valores fundamentais comuns aos Estados membros: dignidade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça.

Uma sondagem realizada em oito Estados membros, nos dias seguintes ao Conselho Europeu de Nice, indica que existe uma **maioria de europeus que se declaram insatisfeitos quanto ao modo actual de funcionamento da União**. Esta sondagem revela, ao mesmo tempo, que uma maioria se pronuncia a favor de uma maior integração: este desejo de integração reforçada exprime-se, nomeadamente, no que se refere aos grandes problemas de sociedade. Por outro lado, a categoria dos jovens entre os 18 e os 24 anos é a única a declarar-se maioritariamente satisfeita com o actual funcionamento da União.

Estas indicações devem reforçar a nossa convicção em que a União Europeia e as suas instituições devem, mais do que nunca, **dirigir-se prioritariamente aos jovens, que serão os cidadãos europeus de amanhã**, tentando dar respostas concretas e imediatas às suas expectativas.

O reforço da consciência e da cidadania europeias, começando pela juventude, é uma tarefa de longo prazo, que deve ser prosseguida sem desânimo.

Sérgio Marques propõe Resolução sobre África do Sul

Na sequência da proposta apresentada pelo **Deputado do PSD Sérgio Marques**, o Parlamento Europeu discutiu e aprovou uma Resolução sobre a situação na África do Sul onde, nomeadamente, se solicita às autoridades *“que aumentem os seus esforços na luta contra o crime e a falta de segurança”*.

Sérgio Marques expressou satisfação *“pela existência dum programa de cooperação da União Europeia com a África do Sul, dotado, até 2006, com cerca de 180 milhões de contos e igual montante de financiamentos do Banco Europeu de Investimentos”*. Contudo, Sérgio Marques pede, no âmbito da aludida cooperação, *“novas medidas e reforço das já existentes de combate à criminalidade violenta”*.

Na sua intervenção, em Plenário, Sérgio Marques começou por recordar que *“no contexto do martirizado continente Africano, e em particular para todo o subcontinente da África Austral, a República da África do Sul (R.A.S.), surge como factor crucial de estabilidade política e desenvolvimento. Hoje, aliás com uma importância ainda mais acrescida face à gravíssima crise em que se atolou o vizinho Zimbabwe. Na verdade, a R.A.S. demonstra-nos que é possível um caminho para a África alternativo à miséria, subdesenvolvimento, guerra, despotismo, corrupção e má governação”*.

Sérgio Marques enunciou, no entanto, *“os problemas gravíssimos que afectam a R.A.S.: altíssima incidência da SIDA, desemprego elevadíssimo, pobreza e iniquidades sociais graves, estagnação económica e um assustador nível de criminalidade violenta ao ponto da R.A.S. possuir os níveis mais elevados do mundo no que concerne aos crimes de assassinio e violação. Realço aqui, acrescentou, os efeitos terrivelmente trágicos da criminalidade violenta de que é vítima o povo sulafricano e neste as mulheres em particular, mas também as comunidades de emigrantes europeus estabelecidas na R.A.S.. Só no seio da comunidade portuguesa, foram assassinados nos últimos quatro anos cerca de 400 pessoas. Na minha Região, donde são oriundos a maioria dos*

portugueses emigrados na R.A.S., não há quase, infelizmente, semana que passe, sem a notícia de mais uma tragédia com conterrâneos assassinados. E as comunidades de emigrantes contribuem de uma forma determinante para o desenvolvimento económico e a criação de emprego no País”.



Para Sérgio Marques, *“este clima de enorme insegurança está, naturalmente, a comprometer o processo de retoma económica, o qual é indispensável para garantir a estabilidade e o sucesso da nova África do Sul democrática pós apartheid e ameaça mesmo precipitar o País num círculo vicioso, que importa a todo o custo evitar, em que a mais insegurança corresponde menos desenvolvimento e a este por sua vez mais pobreza e ainda mais insegurança”*.

Só no seio da Comunidade portuguesa foram assassinadas nos últimos 4 anos cerca de 400 pessoas.

Na minha Região, donde são oriundos a maioria dos portugueses emigrados na África do Sul, não há quase semana que passe sem a notícia de mais uma tragédia com conterrâneos assassinados.

Sérgio Marques sublinha que *“a África do Sul não será capaz de vencer as enormes dificuldades com que está confrontada sem o apoio e a solidariedade da Comunidade Internacional. É com satisfação que reconhecemos que a UNIÃO EUROPEIA tem aqui um papel relevante na medida em que é responsável, juntamente com os seus Estados Membros, por 70% da ajuda internacional à R.A.S.. Na verdade, a cooperação da U.E. com a R.A.S. dispõe duma verba indicativa para o período 2000-2006 de cerca de 180 milhões de contos a que acresce igual montante de financiamentos do B.E.I.,*

tendo por grandes objectivos o combate à pobreza, o incentivo ao desenvolvimento económico e social, a criação de emprego, o fomento do sector privado e a consolidação da democracia e do Estado de Direito.

É urgente, no entanto, que no quadro desta cooperação sejam concebidas novas medidas e reforçadas as já existentes que têm um impacto directo em termos do combate à criminalidade, como são a organização e apoio aos serviços policiais e à modernização e reforço do sistema judicial”.

Carlos Coelho lança site e livro sobre o PE

Carlos Coelho, lançou em Lisboa, no Centro Jean Monnet o seu site na Internet e um livro sobre o Parlamento Europeu numa iniciativa onde, além do **Presidente do Partido** estiveram muitos Deputados nacionais e europeus entre outras individualidades e dirigentes partidários.

O discurso de apresentação foi feito por **António Capucho**, antigo Vice-Presidente do Parlamento Europeu e actual Líder Parlamentar do PSD na Assembleia da República.



Chama-se "*O Parlamento Europeu... no pós-Nice*"



a obra de **Carlos Coelho e António Rodrigues** editada pelas edições Folio e distribuída pela Bertrand.

Com o objectivo de constituir uma edição pedagógica acessível ao grande público e não apenas ao público especializado em questões europeias, contém uma explicação do funcionamento do Parlamento Europeu, do que vai mudar com o Tratado de Nice e da relação entre o PE e os parlamentos nacionais.

O livro contém, na versão integral, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, uma breve história da construção comunitária e diversos quadros e esquemas sobre as principais questões da vida europeia.

www.carloscoelho.org

Apresentando o primeiro *site* de um Deputado português no PE na legislatura de 1999/2004, Carlos Coelho sublinhou a existência de 4 áreas diferentes devidamente assinaladas no topo do écran: "*Página CC*", "*Novidades*", "*Sala de Imprensa*" e "*Quer saber mais ?*".

Na sua apresentação o Deputado social-democrata referiu a permanente actualização de informação sobre a actividade dos Deputados do PSD e chamou a atenção para as áreas de grande informação como:

DOSSIERS: Euro, alargamento, Nice, Echelon

GLOSSÁRIO: mais de 100 termos europeus (em permanente actualização)

AGENDA: com as actividades mais relevantes do trabalho parlamentar

PARLAMENTO EUROPEU: como está organizado, como funciona, que competências tem

DECISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA: para

saber, no próprio dia, o que a Comissão decidiu
DEPUTADOS EUROPEUS: para conhecer os 25 Deputados portugueses e a forma de os contactar
CARTA DA EUROPA: pode inscrever-se para receber gratuitamente no seu e-mail a *Carta da Europa*

GALERIA DE FOTOS: (acontecimentos, personalidades, locais)

LINKS: (sugestão de 100 sites com informação europeia).



Acordo de Bona: um pequeno passo

O Deputado Jorge Moreira da Silva (na foto ao lado da Comissária Wallström) chefiou a Delegação do PE à Conferência de Bona sobre as Alterações Climáticas.

Moreira da Silva considerou que o **acordo obtido em Bona fica muito aquém do que se pretendia em Quioto** e do que a União Europeia pretendia no início da Conferência.

Antes da Conferência, Jorge Moreira da Silva, Relator do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas reuniu, em Lisboa, com ambientalistas, investigadores, empresários e editores de Ambiente, com o objectivo de discutir a estratégia europeia para a Conferência de Bona, perspectivar o futuro do Protocolo de Quioto e debater opções de mitigação das Alterações Climáticas em Portugal.

No debate em Plenário, Moreira da Silva tinha já defendido que *“é urgente limitar as Alterações Climáticas e que o Protocolo de Quioto é o instrumento político mais correcto para cumprir este objectivo”*.

Na sua intervenção, Moreira da Silva afirmou que *“os cidadãos de todo o mundo continuam à espera que os políticos e os Estados regulem a globalização, seja na protecção do meio ambiente seja na defesa dos direitos sociais. Esses mesmos cidadãos elegeram as Alterações Climáticas como o mais grave problema ambiental a resolver”*.

É por isso que, sustenta Jorge Moreira da Silva, *“mais do que um dossier ambiental, as Alterações Climáticas tornaram-se numa questão verdadeiramente simbólica da agenda política internacional. Se o Protocolo de Quioto fracassar, as leituras serão claras: os Estados e os políticos andam depressa e bem quando se trata de potenciar as vantagens da globalização, mas são incapazes de se entenderem quando se trata de minimizar os inconvenientes do nosso modelo de sociedade. Não tenhamos dúvidas, acrescentou, que se Quioto fracassar alarga-se o fosso entre cidadãos e instituições e entre os cidadãos e a política”*.

Para Jorge Moreira da Silva, *“o contexto actual não poderia ser pior. Por um lado, nunca, como hoje, foi*



tão urgente agir - as previsões recentemente avançadas pelos cientistas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, relativamente ao aumento da temperatura do planeta e à subida do nível do mar, nos próximos 100 anos, não deixam margem para dúvidas. Por outro lado, nunca, como hoje, foi tão difícil agir - a decisão dos Estados Unidos significou um forte golpe num trabalho internacional que dura há dez anos. Estes factores - urgência de acção, pressão do público e abandono dos Estados Unidos - concorrem para que a Conferência de Bona seja decisiva. Será o momento da verdade do Protocolo de Quioto”.

Moreira da Silva sublinha que a posição do PE é clara: *“é urgente limitar as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto (e não um outro tipo de acordo, como agora alguns pretendem) é o instrumento político mais correcto para cumprir este objectivo. A não participação dos Estados Unidos torna o Protocolo menos abrangente, mas não lhe retira a razão de ser. A não participação dos Estados Unidos torna mais difícil a implementação do Protocolo, mas não a torna impossível*.

Jorge Moreira da Silva sublinhou que *“o Protocolo de Quioto é apenas um passo — aliás insuficiente — para fazer face às Alterações Climáticas. Mas, se não conseguirmos dar esse pequeno passo, como haveremos de convencer os cidadãos que, a seu tempo, seremos capazes de dar o maior?”*

Moreira da Silva referindo-se às questões económicas afirmou, que, no curto prazo, *“a implementação do Protocolo de Quioto traduzir-se-á num custo económico para as empresas europeias. No entanto, esses custos serão muito inferiores ao que inicialmente se supunha, como ficou provado no relatório do ECCP (Programa Europeu para as Alterações Climáticas), publicado esta semana. Estou aliás convicto que, a médio prazo, o Protocolo de Quioto tornará a economia europeia mais competitiva, dada a transformação tecnológica que realizaremos mais cedo do que os outros”*.

Inadmissível o que se passa com as frutas e legumes



O Deputado **Arlindo Cunha** considerou *“verdadeiramente inadmissível”* o que tem acontecido com o sector das frutas e legumes.

Participando no debate, em Plenário, sobre a Organização Comum de Mercado no sector das frutas e legumes, Arlindo Cunha afirmou que *“temos, hoje em dia, na Europa, como que dois tipos de agricultura: o primeiro, altamente subsidiado, depende dos apoios da Política Agrícola Comum, e o outro depende do mercado e dos riscos que os agricultores têm que correr nesse mercado.”*

Infelizmente, acrescentou Arlindo Cunha, o sector das frutas e legumes e muito especialmente o das frutas secas estão incluídos neste segundo grupo de produtos, uma espécie de enteados da PAC que têm que viver do mercado, têm que correr riscos no mercado, com todas as incertezas que tem a

agricultura. A Política Agrícola Comum não tem dado respostas adequadas para esta problemática”.

Arlindo Cunha salientou que “as frutas secas são uma produção das zonas do Sul da Europa, de zonas muito áridas e semi-áridas, onde por vezes há poucas alternativas, muitas vezes em agricultura de sequeiro, e nem sequer se pode usar o argumento de que é uma agricultura intensiva e inimiga do ambiente, antes pelo contrário”.

Para Arlindo Cunha, o que se tem verificado “é que este sector tem estado ao mais completo abandono, durante todos estes anos, e corremos agora o risco de entrar no vazio legislativo porque a Comissão - sem nós sabermos porquê - decidiu não apresentar propostas”.

Por fim, o Deputado social democrata considerou “ser tempo de criar medidas de apoio permanente aos produtores de frutos secos. Porque não pensar em ajudas directas? Se quase todos os sectores as têm, porque é que este sector, tão pobre e tão marginal na Europa, não há-de ter apoios?”.

Aprovado Relatório Coelho sobre Schengen

A Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, o Relatório do Deputado Carlos Coelho sobre a passagem de fronteiras externas e o desenvolvimento da cooperação Schengen.

Neste Relatório, o Parlamento Europeu *“insta o Conselho a declarar formalmente que as suas medidas futuras, incluindo as relativas ao funcionamento do sistema de informação Schengen, serão conformes com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”.*

O Parlamento Europeu pretende também que o **Reino Unido e a Irlanda** *“se comprometam a participar integralmente no acervo de Schengen, abolindo os controlos fronteiriços e que indiquem quais as modificações jurídicas ou técnicas necessárias, às quais devem dar início o mais rapidamente possível”.*

O Parlamento Europeu insta o Conselho a apresentar-lhe *“relatórios anuais sobre as*

medidas adoptadas no domínio da liberdade, segurança e justiça, conjuntamente com uma avaliação do desenvolvimento ou substituição do acervo de Schengen” e quer que a Comissão Europeia “elabore um calendário para a sua revisão ou, se necessário, para a sua substituição”.

No relatório, agora aprovado em Comissão, os parlamentares reclamam *“o reforço do controlo judicial sobre a cooperação intergovernamental no âmbito do terceiro pilar, particularmente com a atribuição de jurisdição plena ao Tribunal de Justiça”.*

Carlos Coelho recorda que *“a cooperação Schengen foi inicialmente estabelecida entre Estados-Membros, fora do âmbito das instituições comunitárias mas, com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, foi inserida no âmbito da União, constituindo um exemplo de cooperação reforçada entre Estados-Membros”.*

Com Amesterdão, acrescenta, procedeu-se à ‘comunitarização’ de certas matérias (transferência do terceiro pilar para o pilar comunitário) e procedeu-se à integração do acervo de Schengen nos Tratados”.



Carlos Coelho: "A Europa deve dar o exemplo no respeito pelos Direitos Humanos"

O Deputado Carlos Coelho defendeu que "a adopção da Carta dos Direitos Fundamentais pelo Parlamento Europeu, em Novembro último, e a sua proclamação em 7 de Dezembro de 2000, em Nice, teve um carácter inovador, tornando-a um texto de referência em matéria de Direitos do Homem" e que "a nossa Europa, democrática e pluralista, tem a responsabilidade, nestas matérias, de ser modelar. De ser um exemplo e um testemunho do respeito pelo Direito; de respeito pelos direitos das pessoas e de respeito pelo valor inalienável da dignidade humana.

Cabe agora ao PE, acrescentou, em cooperação com os Parlamentos nacionais, velar para que haja um respeito dos Direitos Fundamentais, por parte dos Estados Membros, e mesmo das Instituições Europeias".

Carlos Coelho referiu que muitas vezes, "usamos esta casa, justa e oportunamente, para defender um maior respeito pelos Direitos Humanos no resto do mundo. O facto de procedermos à análise do grau do respeito desses mesmos direitos no espaço da União e de não prescindirmos de os querer ver reforçados sublinha a nossa credibilidade nesta luta".

O Deputado social democrata, que intervinha num debate conjunto no Parlamento Europeu sobre os Direitos do Homem no mundo e no interior da União Europeia, salientou que "os Direitos Humanos constituem direitos inalienáveis de cada indivíduo e que o respeito por esses direitos é uma exigência da nossa civilização que devemos valorizar e legar às gerações vindouras, sem qualquer espécie de distinção com base na raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outras convicções, origem nacional ou social".



Costa Neves reafirma prioridades para o Orçamento de 2002

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves viu aprovado pelo Plenário do Parlamento Europeu, o seu Relatório sobre o Processo de Conciliação antes da proposta de Orçamento do Conselho para 2002.

Costa Neves, que é o Relator-Geral do Parlamento para o Orçamento da União Europeia para 2002, na sua intervenção sublinhou o essencial das posições do PE para o Orçamento do próximo ano:



" - Em Dezembro de 2000, acordou-se com o Conselho a apresentação, pela Comissão, até 30 de Junho do corrente ano, de um 'Relatório de Progresso' quanto a um conjunto de matérias, visando:

- . Aumentar os níveis e a qualidade da execução orçamental;
- . Melhorar a articulação entre os processos legislativos e o orçamental;
- . Garantir o sucesso da reforma da Comissão.

- Em Abril deste ano, o Parlamento Europeu aprovou as respectivas "Linhas de Orientação" que indicam como **prioridades políticas**, as matérias constantes do 'Relatório de Progresso', bem como:

- . **A segurança alimentar e a confiança do consumidor**, associadas a uma **agricultura sustentável;**
- . **A definição de prioridades e a melhor execução de verbas na 'Política Externa'** e, de forma geral, a melhor execução orçamental;
- . Aspectos muito concretos como o 'e-learning', elemento essencial da prioridade sempre atribuída às questões relacionadas com o emprego e a inclusão social;
- . Desenvolvimento da política em matéria de **asilo e migração**".

Para Costa Neves, com este relatório sobre o Processo de Conciliação, "cumpre-se, agora, mais uma etapa com vista à aprovação, em Dezembro, do Orçamento da União Europeia para o ano de 2002. Um longo e complexo processo que, a partir, das propostas da Comissão Europeia, busca o entendimento entre o Conselho e o Parlamento europeus, os dois ramos da 'autoridade orçamental'.



Por iniciativa de Jorge Moreira da Silva, PE debateu o projecto do Aterro Sanitário do Oeste

O Deputado Jorge Moreira da Silva interpelou, na reunião da Comissão do Ambiente do PE, a Comissão Europeia sobre a conformidade do projecto do Aterro Sanitário do Oeste com a legislação comunitária ambiental.

Nessa reunião, o Deputado do PSD alertou para o facto de este projecto, financiado por fundos comunitários, implicar, ao contrário de outras localizações estudadas, custos ambientais, sociais e económicos máximos e denunciou, especificamente: a ausência de uma avaliação do impacto ambiental, apesar de estar situado sobre um aquífero (o de Grés de Torres Vedras - um dos 60 mais importantes de Portugal); a não auscultação das populações; a localização do projecto em terrenos da Reserva Ecológica Nacional; o desrespeito pelo PDM do Cadaval; a proximidade das populações a escassas dezenas de metros do local de deposição de resíduos.



Graça Moura e Regina Bastos com Reitores portugueses

Os Deputados **Vasco Graça Moura** e **Regina Bastos** avistaram-se com uma Delegação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas que se deslocaram a Bruxelas para debater questões do interesse do ensino superior em geral e das Universidades públicas em particular.

Para além de diversas matérias relacionadas com aspectos culturais e do **Ano Internacional das Línguas** de que Vasco Graça Moura é Relator, os Reitores portugueses procuravam estreitar os contactos com os parlamentares e obter apoios para as suas posições relativamente ao **reforço do próximo Quadro Comunitário nas áreas de investimento na investigação científica e tecnológica**.

Os Reitores sublinharam que a Universidade portuguesa depois de responder positivamente ao desafio da sua democratização (mais de 300.000 alunos no ensino superior, o dobro de 1990) tem agora de responder ao **desafio da qualidade** que passa também pela **qualificação do seu corpo docente** investindo em mestrados e doutoramentos.

Os Reitores portugueses sublinharam que, de acordo com números do Ministério da Ciência e da Tecnologia, nos últimos anos, em cada 4 anos duplicou o número de doutorados em Portugal, **existindo perto de 5.000 doutorados no corpo docente e investigador das Universidades públicas**.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int



Portugal é o único Estado-Membro que não tem nenhuma mulher efectiva no Comité das Regiões (*os 12 efectivos são homens e há apenas uma mulher nos 12 suplentes*)



No Parlamento Europeu Portugal é o 3º País com baixa representação feminina (*pior só mesmo a Grécia e a Itália*)



A evolução desde 1987 tem sido, porém, positiva. No PE Portugal no início tinha apenas 4% de mulheres e tem hoje 24% (*6, num total de 25 Deputados*)

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551